

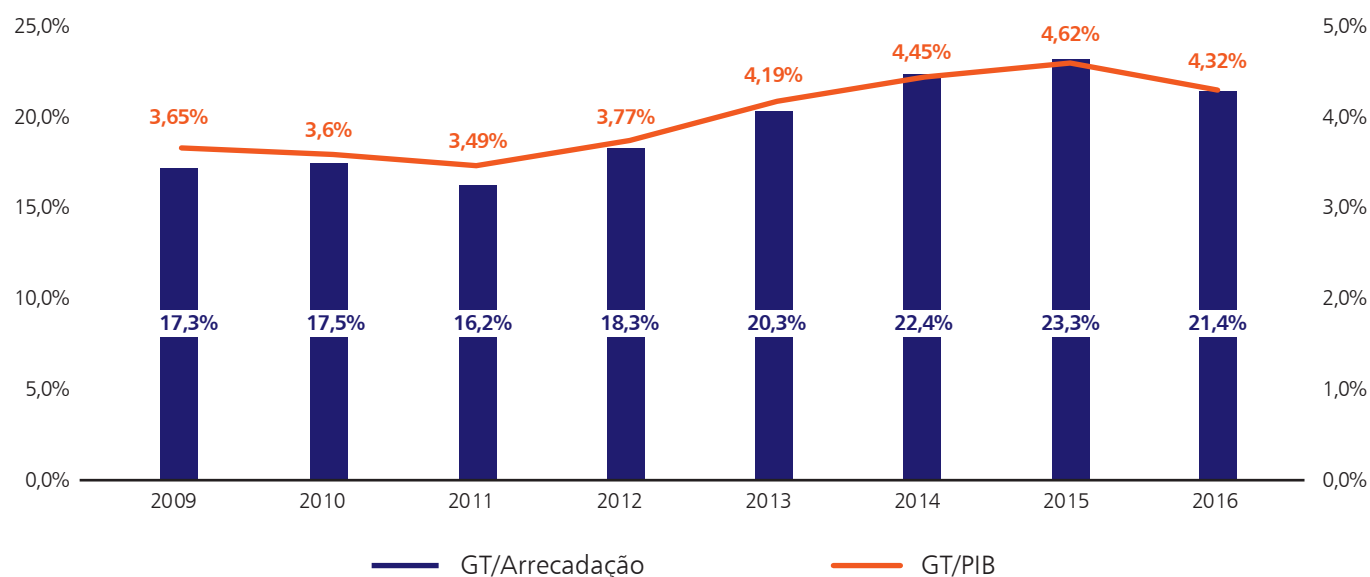
O art. 165, § 6º, da Constituição Federal, dispõe que o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes dos benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. Essa exigência constitucional expressa a aplicação do princípio da transparência orçamentária a esses benefícios, por ocasião da elaboração do orçamento anual.

Em 2016, as renúncias de receitas atingiram o montante projetado de R\$ 377,8 bilhões, assim classificados: R\$ 213,1 bilhões de benefícios tributários, R\$ 57,7 bilhões de benefícios tributários-previdenciários e R\$ 106,9 bilhões de benefícios financeiros e creditícios.

Benefícios Tributários

Quanto à evolução dos gastos tributários, observou-se um crescimento em relação ao PIB e à arrecadação de receitas, respectivamente, de 18% e 24%, no período de 2009 a 2016. Em valores absolutos, o gasto tributário cresceu 133% no período, no entanto, em comparação a 2015, verificou-se uma queda de 2% dos somatórios dos benefícios em 2016.

Gastos tributários (GT) em percentual da arrecadação total e do PIB



Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

(1) Valores projetados das renúncias tributárias para 2015 e 2016

Entre 2012 e 2016, o montante de gastos tributários apresentou crescimento de cerca de 49%. As maiores variações positivas no período incidiram sobre os seguintes tributos: Imposto de Renda Retido na Fonte (106%), Contribuição para a Previdência Social (88%), PIS/Pasep (49%) e Imposto sobre a Renda Pessoa Física (48%).

Especificamente quanto aos benefícios previdenciários, observou-se um incremento de cerca de 88% entre 2012 e 2016. Não obstante, cabe destacar a diminuição no montante desses benefícios no exercício de 2016, no percentual de 13%, em relação a 2015, por conta da queda do valor total referente à "Desoneração da folha de salários" em cerca de 42%.

Benefícios Financeiros e Creditícios

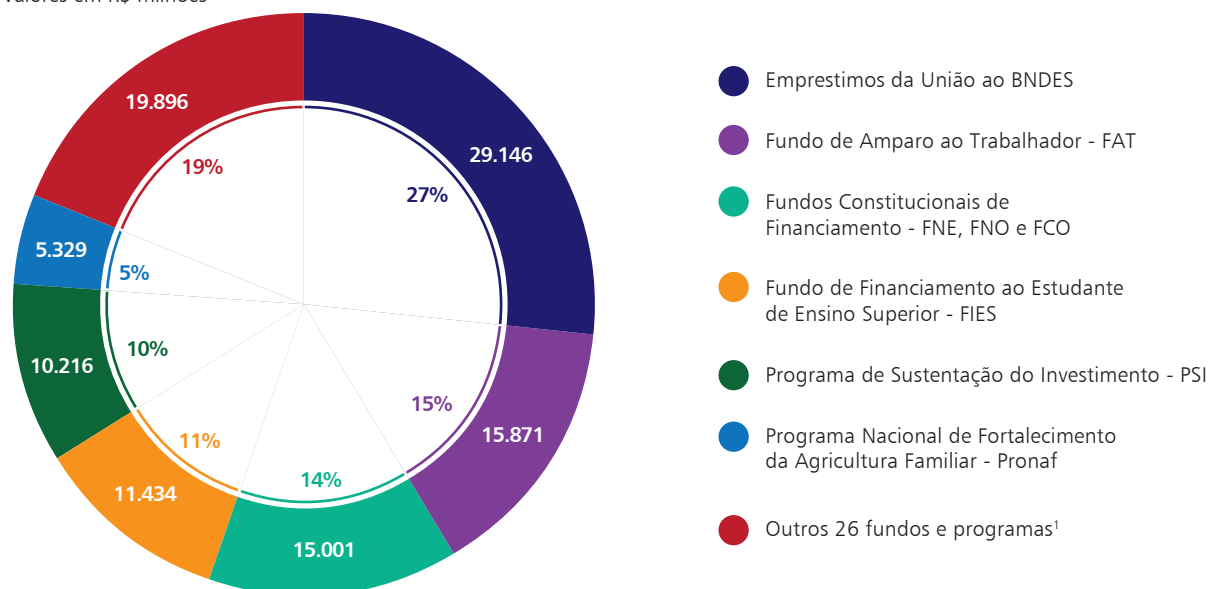
Os benefícios financeiros e creditícios são decorrentes de operações de crédito realizadas por instituições financeiras com recursos próprios ou do Tesouro, com taxas e prazos mais favoráveis do que os praticados pelo mercado e que

são direcionados para setores específicos com o intuito de incentivar seu desenvolvimento. As despesas decorrem das diferenças de taxas entre estas operações e as praticadas pelo mercado e seguem metodologia própria.

Em 2016, esses benefícios atingiram o montante projetado de R\$ 106,9 bilhões, 0,8% abaixo do realizado em 2015, que foi mais do dobro do realizado em 2014.

Principais Fundos e Programas Beneficiados

Valores em R\$ milhões



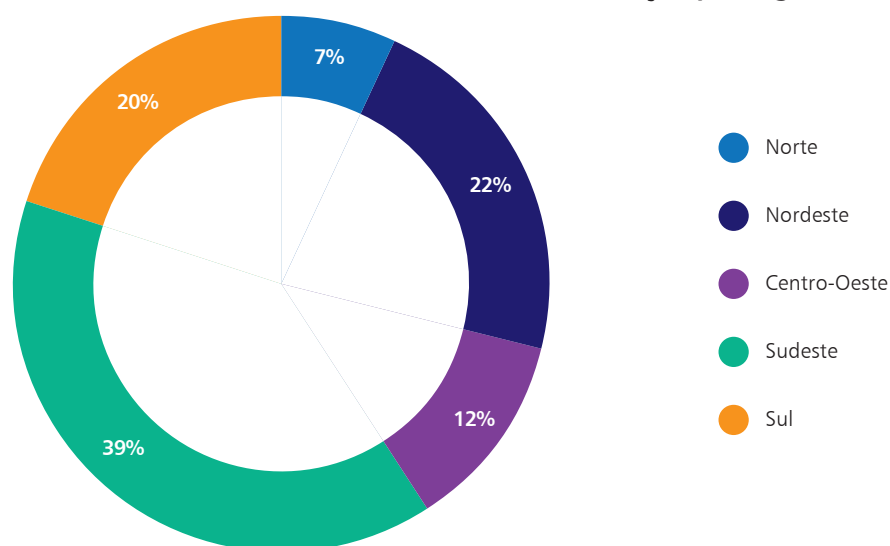
Fonte: NT 33 SEAE-MF de 29/3/2016

¹ Valores individuais inferiores a R\$ 4 bilhões.

A instituição que recebeu o maior valor foi o BNDES, com 36,68% do total, sendo 27,16% referentes a empréstimos da União ao banco e 9,52% referentes ao Programa de Sustentação do Investimento – PSI. Os fundos sociais que mais receberam benefícios em 2016 foram o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com R\$ 15.871 milhões, apresentando crescimento de 192,4% em relação a 2015, e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), com R\$ 11.434 milhões, apresentando crescimento de 71,8% em relação a 2015.

O gráfico a seguir mostra como estes benefícios foram distribuídos por região. Como se pode observar, os maiores percentuais foram destinados ao Sudeste (39%).

Distribuição por região



Fonte: NT 33 SEAE-MF de 29/3/2016